



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**Assunto: PACTO DE REGIME: UMA SOLUÇÃO ESTRUTURAL PARA AS FINANÇAS PÚBLICAS DA MADEIRA**

A Madeira tem hoje uma dívida cujo montante global absoluto, tendo em conta a dívida directa e indirecta e o eventual accionamento de avales prestados pelo Governo autónomo é difícil determinar sem uma auditoria séria ao estado das contas públicas regionais.

Contudo, toda aponta para que o montante global possa ser ou até ultrapassar os 8 mil milhões de euros. O governo Regional da Madeira adoptou uma política despesista e descontrolada, justamente porque não foi capaz de traçar um plano de desenvolvimento com sentido estratégico, donde resultou uma política de obras públicas em que, ao lado de obras públicas absolutamente necessárias, procedeu a outras que se podem ou considerar menos prioritárias, sobretudo na actual conjuntura de ou de falta de meios financeiros ou dinheiro excessivamente caro, para não falar de investimento perfeito inútil e sem qualquer retorno, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista social, seja a nível cultural ou outro. Para contornar os mecanismos financeiros nacionais e europeus de rigor nas contas públicas, desencadeou um mecanismo de parcerias público-privadas ou de empresas juridicamente privadas mas de suporte financeiro público que se vieram a revelar de total desastre financeiro, vindo os custos, como sempre, a reverter para os contribuintes.

A linha de prioridades do Governo Regional da Madeira, em muitas situações, não foi o a de ir ao encontro das reais necessidades das populações, mas de total e irresponsável esbanjamento. O desperdício dos dinheiros públicos é

patente; os investimentos sem rigor orçamental e sem qualquer hipótese de retorno, multiplicaram-se assim, a que se somaram as tais obras que, do ponto de vista custo/benefício, não são economicamente sustentáveis logo financeiramente inviáveis. Chegamos assim ao ponto em que a Dívida da Madeira atingiu um patamar insustentável, como a classificou, sem sofismas e sem rodeios o próprio Ministro das Finanças do Governo de coligação PSD/CDS.

Não obstante, enquanto deputado da Nação eleito pelo círculo eleitoral da Madeira à Assembleia da República, recuso a ideia de que a Região Autónoma da Madeira seja

erigida em bote expiatório da situação financeira do País ou sequer como principal responsável pelo estado actual das contas públicas do País. É meu dever impedir que os erros cometidos pela governação regional do PSD sirva para esconder os graves erros cometidos em outras parcelas do território nacional, a outros níveis do poder político que não deixaram de cometer iguais erros, quando não bem mais graves, que não ilibem aqueles da governação regional, mas que também a si mesmos não se redimem. Os maus investimentos feitos desde o célebre período do cavaquismo, em que correram rios de fundos europeus espatifados irresponsavelmente, sem reformas estruturais que preparassem devidamente o País para o impacto da integração europeia estão ainda hoje a ser pagos penosamente, através de uma pesada dependência externa que alcançou Portugal a nível de endividamento externo perfeitamente insustentável e que tornou inevitável a ajuda externa. O esbanjamento de dinheiros públicos a que o País assistiu em investimentos e eventos megalómanos prosseguiram, depois, ao longo dos anos, com especial concentração e investimento de colossais somas na Área Metropolitana de Lisboa, em detrimento de outras zonas do País, seja no Norte, seja no interior raiano, seja nas regiões atlânticas.

Como deputado da Nação, é meu dever aqui dizê-lo, perante o clamor, não sem razão, é certo, que se tem levantado por estes dias contra as Regiões Insulares, que estão a atingir níveis verdadeiramente perigosos para a coesão nacional.

Os portugueses das Regiões Autónomas, como todos os portugueses, não podem deixar de olhar perplexos para as colossais transferências compensatórias para empresas públicas de todo o tipo, incluindo as de transportes - Refer, CP, metropolitanos de Lisboa e do Porto, Carris, STCP, Transtejo, TAP – cujo endividamento global já ultrapassa os 20 mil milhões de euros. Desde 2008 que o Tribunal de Contas vem constatando que aquelas empresas públicas se encontram em falência técnica. Os prejuízos de centenas de milhões de euros durante anos a fio deixaram-nas totalmente descapitalizadas: só em 2010 perderam, em conjunto, mil milhões de euros. Não ignoramos a função social de muitas destas empresas, incluindo a TAP, que presta um serviço público, mesmo que, muitas vezes, contestado e contestável, nas ligações com as Ilhas. Mas exigimos rigor na sua gestão, tal como exigimos e o País exige rigor das Regiões Autónomas, o mesmo rigor que

deve ser exigido para a administração central e local. Está na altura da solidariedade e do rigoroso para vencermos a crise. E vamos vencê-la. Não podemos deixar de lembrar ainda estas realidades:

. O buraco do BPN de que o País ainda não viu o fundo, mas que caminha vertiginosamente para os milhares de milhões;

. No final de 2010, a dívida do grupo Parque Expo, que integra várias sociedades como o Pavilhão Atlântico, a Marina de Lisboa ou o Oceanário de Lisboa, atingia o montante de 288,8 milhões de euros.

. A RTP, que nem sempre primou pelo rigor da gestão, ao longo dos anos, é, em si mesma uma "Região Autónoma", com poderes e gastos verdadeiramente imperiais. Note-se que não queremos nem podemos colocar em causa o serviço público da televisão pública – é justamente em nome da defesa desse serviço público e da equidade que o dizemos.

A solidariedade e o rigor é, deve ser, assim, de todos e com todos. Que nenhuma parcela do território nacional e que nenhum nível de poder, central, regional ou local se possa eximir ou exigir sem contribuir. Agora não aceitamos a ideia que alguns, para se eximir, façam de uma parcela do território nacional o bode expiatório das culpas da Nação. A coesão nacional não o consentiria! Somos colectivamente responsáveis, sejamos colectivamente solidários. A Nação exige-o, o País confia.

As realidades são diferentes, mas os erros são comuns. Deste modo, e porque o Governo da República não pode abandonar à sua sorte os habitantes de uma parcela do território nacional, os madeirenses esperam que a República assuma as suas responsabilidades. A República inclui as Regiões Autónomas. Assim sendo, a ajuda externa ao nosso País não pode deixar de fora essas Regiões, nomeadamente a Madeira. Reconhecendo que a situação das duas regiões é diferente quanto à situação financeira, defendemos, contudo, em nome do princípio da igualdade de tratamento que, concretamente, o Ministério das finanças deverá encontrar uma solução financeira adequada a cada uma delas. No caso concreto da Região Autónoma da Madeira deverá ser encontrada, no quadro da cooperação entre a República e os órgãos de governo próprio, uma solução sustentável e estratégica para as finanças públicas regionais. Se assim não for, serão os madeirenses a sofrer as consequências de erros que não fizeram. *Mutatis mutandis*, o mesmo se diga para os Açores, se os respectivos órgãos de poder o assim o entenderem necessário.

Defendemos que nesse diálogo entre a República e a Região Autónoma da Madeira, tal como aconteceu a nível nacional, nenhum dos actores políticos deverá, à partida, ser

deixado de fora. Entendemos, assim, que este entendimento, deverá assentar num verdadeiro **Pacto de Regime** que envolva o Governo da República, o Governo Regional da Madeira e os partidos da oposição. Esse Pacto de Regime, a efectivar-se, deve assentar num memorando de entendimento assumido por todos e, tal como se fez a nível nacional, em que a «troika» concedeu audições a todos os partidos da oposição que aceitaram ser ouvidos,

deve envolver todos os partidos com assente parlamentar na Assembleia Legislativa da Madeira. E – tal como foi feito a nível nacional – convinha que fosse elaborado, pelo menos nas suas linhas essenciais, antes das eleições legislativas de Outubro, para que os Madeirenses soubessem o que vão votar. Em nome da verdade democrática.

Não basta garantir a forma de assegurar o pagamento da dívida da Região, torna-se essencial a garantia de que a mesma situação não volte a acontecer no futuro e é por isso que os partidos da oposição deverão também ser chamados para que todos se comprometam com as regras definidas e com o rigor que deverá haver com os dinheiros públicos.

Deste modo, e para evitar que a dívida volte ao mesmo nível, tal como sucedeu depois do primeiro-ministro António Guterres ter perdoado cerca de 110 milhões de contos da dívida da Madeira, o governo regional deverá aceitar a monitorização deste memorando pelas entidades públicas competentes, incluindo o Tribunal de Contas, e com prestação de contas permanentes ao parlamento da Região e aos partidos, quer tenham assinado ou não o Pacto de Regime.

Assim sendo, porque não queremos que se repitam os mesmos erros estratégicos do passado e porque consideramos fundamental, do ponto de vista dos compromissos, a participação de todos na salvaguarda do Futuro dos madeirenses, solicito a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que peça ao senhor Ministro das Finanças que nos informe sobre as iniciativas que o Ministério está a tomar no sentido de garantir a participação de todos os partidos nas negociações do memorando que deverá definir as medidas políticas que ajudarão a solucionar o grave problema financeiro da Madeira.

Rui Caetano

Palácio de São Bento, quarta-feira, 14 de Setembro de 2011

Deputado(a)s

RUI CAETANO(PS)